

III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Eixo Temático: Políticas Públicas, Gestão e Financiamento da Educação Básica

Marcus Vinicius de Sousa¹

Resumo: O presente trabalho tem como tema as Políticas Públicas e Gestão Educacional: Desafios e Perspectivas para o Financiamento da Educação Básica no Brasil. Quanto a questão: Quais são os principais desafios e as perspectivas da gestão educacional e das políticas públicas para assegurar um financiamento eficiente e equitativo da educação básica no Brasil? O objetivo visa analisar os desafios e as perspectivas das políticas públicas e da gestão educacional no contexto do financiamento da educação básica no Brasil, buscando compreender como esses fatores influenciam a qualidade e a equidade do ensino público. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica qualitativa descritiva. A discussão aponta que o financiamento da educação básica no Brasil ainda está longe de alcançar a universalização com qualidade, mas há avanços significativos que devem ser preservados e aperfeiçoados. O fortalecimento do FUNDEB, a valorização dos profissionais, o controle social e a gestão democrática constituem pilares fundamentais para a consolidação de uma educação pública equitativa e eficiente. Conclui-se que a consolidação de uma educação básica inclusiva, equitativa e de qualidade depende de políticas públicas contínuas, sustentáveis e adequadamente financiadas. A superação dos desafios exige compromisso político, planejamento de longo prazo e gestão eficiente. Somente assim será possível garantir que o financiamento da educação se traduza em oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes brasileiros.

Palavras-chave: Educação Pública. FUNDEB. Financiamento.

INTRODUÇÃO

A educação básica constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social, econômico e cultural de uma nação. No Brasil, o desafio de garantir uma educação pública de qualidade está intimamente relacionado à formulação e à efetividade das políticas públicas, à eficiência da gestão educacional e, sobretudo, ao adequado financiamento do sistema de ensino. As políticas educacionais representam o conjunto de ações estatais voltadas à promoção do direito à educação, estabelecendo diretrizes que orientam a organização, o funcionamento e o financiamento das instituições escolares. Entretanto, a concretização dessas políticas enfrenta

¹Prof. Mestre, UFMA, e-mail. markus.vinic@hotmail.com.



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

inúmeros entraves, como a desigualdade regional, a má distribuição de recursos e as limitações orçamentárias impostas às redes públicas de ensino.

Nesse contexto, a gestão educacional assume papel estratégico ao articular políticas e práticas que busquem equidade, eficiência e transparência na utilização dos recursos destinados à educação básica. O gestor escolar, enquanto agente mediador entre as políticas públicas e a realidade escolar, necessita compreender as dimensões administrativas, pedagógicas e financeiras do processo educativo, de modo a promover uma gestão participativa e democrática. Todavia, a falta de formação específica, a burocratização dos processos e a insuficiência de recursos financeiros ainda constituem obstáculos significativos para a consolidação de uma gestão eficaz.

O financiamento da educação, por sua vez, é um dos elementos centrais dessa discussão. A criação de mecanismos como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) representou um avanço importante, garantindo maior equidade na distribuição dos recursos entre os entes federativos. Contudo, persistem desafios quanto à adequação dos valores repassados, à fiscalização da aplicação dos recursos e à sustentabilidade das políticas educacionais de longo prazo.

Diante desse panorama, o presente trabalho tem como objetivo analisar os desafios e as perspectivas das políticas públicas e da gestão educacional no contexto do financiamento da educação básica no Brasil, buscando compreender como esses fatores influenciam a qualidade e a equidade do ensino público. Além disso, busca-se compreender de que forma a articulação entre políticas, gestão e financiamento pode contribuir para a promoção de uma educação pública mais justa, inclusiva e de qualidade, capaz de responder às demandas sociais e reduzir as desigualdades históricas que permeiam o sistema educacional brasileiro.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa do tipo bibliográfica, porque esse tipo de pesquisa permite empreender a investigação em livros, revistas, periódicos, artigos eletrônicos e demais fontes bibliográficas (Lakatos, 2014). Para análise dos dados levantados utilizou-se a análise de conteúdo, que se constitui em uma espécie de metodologia de pesquisa



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

capaz de descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos (Bardin, 2012). Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta análise evidenciam que as políticas públicas voltadas ao financiamento da educação básica no Brasil ainda enfrentam grandes desafios estruturais e de gestão, apesar dos avanços normativos e das conquistas legais ao longo das últimas décadas. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) consolidaram o direito à educação como dever do Estado e previram mecanismos de redistribuição de recursos entre os entes federativos. No entanto, conforme observa Saviani (2013), o problema central reside na insuficiência e na má alocação dos recursos, o que compromete a efetividade das políticas educacionais e acentua as desigualdades regionais.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) representa um dos principais instrumentos de financiamento do ensino público, tendo substituído o FUNDEF e ampliado o alcance para toda a educação básica. Entretanto, mesmo com os avanços trazidos pela Emenda Constitucional nº 108/2020, que tornou o FUNDEB permanente, ainda há entraves em sua aplicação. Nesse sentido, Oliveira (2015) salienta que a ampliação de recursos precisa vir acompanhada de gestão eficiente e transparente, pois o simples aumento do volume financeiro não garante melhoria na qualidade do ensino se não houver planejamento e controle social.

Em termos de gestão educacional, os dados revelam que a descentralização administrativa, proposta pela LDB e reforçada pelas políticas de autonomia escolar, não tem se traduzido em práticas democráticas consolidadas. A gestão participativa, segundo Libâneo (2018), constitui um dos pilares da escola pública de qualidade, mas ainda enfrenta obstáculos devido ao centralismo decisório, à falta de formação dos gestores e à fragilidade dos conselhos escolares. Observa-se que, embora as políticas públicas defendam a gestão democrática, as



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED

II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

condições materiais e as limitações orçamentárias reduzem o alcance de tais práticas no cotidiano escolar.

Compartilhando com essas observações, Cury (2002) enfatiza que o processo de implementação das políticas públicas educacionais requer coerência entre o planejamento nacional e as realidades locais. A autonomia das escolas só é efetiva quando acompanhada de apoio técnico e financeiro, pois não é possível exigir resultados de qualidade sem garantir infraestrutura adequada, valorização docente e materiais pedagógicos suficientes. Assim, os resultados apontam que a má distribuição dos recursos e a ausência de equidade na aplicação do FUNDEB continuam sendo um dos maiores entraves para o fortalecimento da educação básica.

Do ponto de vista das políticas públicas, verifica-se que a falta de continuidade administrativa e as mudanças frequentes de prioridades governamentais prejudicam a consolidação de políticas duradouras e consistentes. De acordo com Dourado (2017), as políticas educacionais devem ser pensadas como políticas de Estado e não de governo, garantindo estabilidade e planejamento de longo prazo. A descontinuidade gera descompasso entre o que é proposto nos planos e o que é efetivamente executado, resultando em fragmentação das ações e desperdício de recursos.

Outro aspecto importante observado é a necessidade de fortalecer o controle social e a transparência na aplicação dos recursos públicos. Já os conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, quando atuam de forma efetiva, contribuem para fiscalizar gastos e garantir que os investimentos cheguem às escolas que mais necessitam. Entretanto, Souza (2006), alerta para o fato da efetividade das políticas públicas depende não apenas de sua formulação, mas também de sua implementação e monitoramento, que precisam ser realizados com base em critérios técnicos e democráticos.

Os resultados também indicam que o financiamento da educação está diretamente relacionado à valorização dos profissionais do magistério. A política do piso salarial nacional do magistério, instituída pela Lei nº 11.738/2008, representa um avanço, mas sua aplicação ainda encontra resistência em diversos estados e municípios. Nesse contexto, Saviani (2013) e Oliveira (2015) defendem que a valorização docente é condição essencial para a qualidade do



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

ensino, pois a formação, o salário digno e as condições de trabalho refletem diretamente no desempenho escolar dos alunos.

Em termos de perspectivas, as análises sugerem que o fortalecimento da gestão pública educacional e o aumento do investimento por aluno são caminhos fundamentais para a redução das desigualdades e a melhoria dos indicadores de qualidade. Em adição, Dourado (2017) propõe uma política de financiamento pautada em critérios de equidade, com atenção especial aos municípios com menor arrecadação e maiores vulnerabilidades sociais. Além disso, a integração entre políticas educacionais e sociais é essencial para enfrentar problemas como evasão escolar, defasagem idade-série e desigualdade de aprendizagem.

Portanto, a discussão aponta que o financiamento da educação básica no Brasil ainda está longe de alcançar a universalização com qualidade, mas há avanços significativos que devem ser preservados e aperfeiçoados. O fortalecimento do FUNDEB, a valorização dos profissionais, o controle social e a gestão democrática constituem pilares fundamentais para a consolidação de uma educação pública equitativa e eficiente. Em consonância com Libâneo (2018) e Cury (2002), o grande desafio contemporâneo é transformar as diretrizes legais em práticas concretas que assegurem o direito à educação como bem público e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre as políticas públicas e a gestão educacional evidenciou que o financiamento da educação básica no Brasil continua sendo um dos principais desafios para a consolidação de uma educação pública de qualidade, democrática e equitativa. Embora o país tenha avançado em marcos legais e em mecanismos de redistribuição de recursos, como a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394/1996 e a criação do FUNDEB, ainda persiste uma distância significativa entre as intenções das políticas e sua efetivação nas realidades escolares.

Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, ainda existem desafios significativos que dificultam a plena efetivação das políticas educacionais. A insuficiência de recursos, a má distribuição dos investimentos e a falta de planejamento adequado comprometem a qualidade do ensino e acentuam as desigualdades entre as redes



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão



III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

públicas de ensino. É fundamental que haja uma gestão comprometida com a transparência, a eficiência administrativa e a participação social no processo decisório.

As perspectivas para o financiamento da educação básica apontam para a necessidade de fortalecimento da gestão pública e de maior integração entre as esferas federal, estadual e municipal. A aplicação responsável dos recursos, o acompanhamento constante das políticas e o envolvimento da comunidade escolar são estratégias que podem contribuir para a melhoria dos resultados educacionais e para a valorização dos profissionais da educação.

Conclui-se que a consolidação de uma educação básica inclusiva, equitativa e de qualidade depende de políticas públicas contínuas, sustentáveis e adequadamente financiadas. A superação dos desafios exige compromisso político, planejamento de longo prazo e gestão eficiente. Somente assim será possível garantir que o financiamento da educação se traduza em oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes brasileiros.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Políticas Públicas: a gestão do sistema educacional**. São Paulo: Cortez, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Financiamento da Educação Básica: desafios e perspectivas**. Brasília: Inep, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Financiamento da Educação e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil: o papel do financiamento**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, n. 16, p. 20-45, 2006.



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

